

ROL DE DOCUMENTOS PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO
NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

Diferença cota-parte honorários aposentados – Art. 39 da Lei nº
13.327/2016

1. Procuração assinada, não rasurada, com data recente
(formulário em anexo)
2. Cópia legível de RG, CPF e comprovante de residência
3. Portaria de aposentadoria
4. Ficha financeira ou contracheques do período de agosto a dezembro de 2016
5. Declaração de próprio punho **(conforme modelo em anexo)**

INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO/CONTRATO DE HONORÁRIOS

1. DADOS PESSOAIS

Nome Completo		
Sexo	Nacionalidade	Estado Civil
() Masculino () Feminino	() Brasileiro () Outra: _____	
Data de Nascimento	Identidade / Órgão Expedidor	Data Aposentadoria
/ /		/ /
Matrícula SIAPE		CPF
Endereço Completo		
Cidade	UF	CEP
Celular	E-mail	
()		

2. Pelo presente documento, o ora subscritor, filiado à **ANPPREV**, vem **autorizar ajuizamento de ação pelo outorgado com vistas ao pagamento da diferença entre a cota-parte percebida no período de agosto a dezembro de 2016 (Art. 39 da Lei nº 13.327/2017) pelos Procuradores e Advogados Públicos Federais em atividade e com tempo de efetivo exercício superior a dois anos e a cota-parte de honorários creditada em favor Procuradores e Advogados Públicos Federais aposentados.**

3. **ADVOGADO/SOCIEDADE DE ADVOGADOS OUTORGADOS: HUGO MENDES PLUTARCO**, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal sob o nº 25.090, com endereço no SRTVS Quadra 701, Bloco “O”, Salas 272-275, Ed. Novo Centro Multiempresarial, Brasília-DF, CEP 70.340-000, integrante da **MENDES PLUTARCO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, sociedade de advogados inscrita na OAB Seccional do Distrito Federal sob o nº 2033, CNPJ nº 17.171.343/0001-11.

4. **PODERES**: Para representar o(a) outorgante em juízo ou fora dele, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para transigir, desistir, reconvir, concordar, discordar, ratificar, dar quitação, e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral cumprimento do presente mandato, para o que confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula “ad-judicia”, podendo ainda substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas os poderes ora conferidos, **em especial em ação que visa ao recebimento da diferença entre a cota-parte percebida no período de agosto a dezembro de 2016 (Art. 39 da Lei nº 13.327/2017) pelos Procuradores e Advogados Públicos Federais em atividade e com tempo de efetivo exercício superior a dois anos e a cota-parte de honorários creditada em favor Procuradores e Advogados Públicos Federais aposentados.**

5. **HONORÁRIOS**: Em remuneração aos serviços profissionais supra referidos, pagarei ao advogado/sociedade outorgados/contratados, a título de honorários de êxito, a quantia equivalente a 15% (quinze por cento) dos valores brutos a mim devidos na mencionada ação, autorizando desde já, que os honorários sejam retidos em favor da sociedade de advogados Mendes Plutarco Advocacia e Consultoria, CNPJ nº 17.171.343/0001-11.

Cidade (UF) _____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

MODELO DE DECLARAÇÃO A SER REDIGIDA
DE PRÓPRIO PUNHO

EU, (nome completo), (nacionalidade), (estado civil),
PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE N°
(identidade e órgão expedidor), INSCRITO NO CPF SOB O N°
(cpf), MATRÍCULA SIAPE N° (siape), RESIDENTE
E DOMICILIADO NO(A) (endereço completo), DECLARO,
SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO POSSUO OUTRA AÇÃO
COM O MESMO OBJETO DA PRESENTE CAUSA, EM
CURSO OU FINDA (COM OU SEM RESOLUÇÃO DO
MÉRITO), NA SEÇÃO OU SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE
MEU DOMICÍLIO OU EM QUALQUER OUTRA SEÇÃO OU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 139, II,
DO CPC.

(cidade/uf), (dia) DE (mês) DE 2019.

(assinatura)